

A ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS*

Joana Maria Macedo Leôncio (UAA-Py)**

Resumo

É certo que a educação sexual deve começar em casa, mas a escola tem compromisso com a formação integral do ser humano e a sexualidade é parte importante dessa formação. É na escola que ocorre a intervenção pedagógica que favorecerá a reflexão e o debate, permitindo ampla liberdade de expressão, num ambiente acolhedor e clima de respeito. O trabalho sistematizado de orientação sexual dentro da escola articula-se com a promoção da saúde integral de crianças e adolescentes e de todas as representações sociais que giram em torno da sexualidade, na sociedade. Estas questões não estão fora do espaço escolar, daí a importância da compreensão por parte de todos os atores envolvidos no processo de orientação sexual, já que este tema transversal faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (MEC, 1997).

Palavras-chave: Educação sexual. Orientação sexual. PCN. Escola. Sexualidade.

Introdução

Dada a importância da preparação de profissionais na tarefa de formação de valores positivos, discussão de posturas preconceituosas e segregadoras, reflexão com a população jovem sobre projetos de vida saudáveis para o futuro e os cuidados com a saúde física e mental, além da prevenção de fatores de transtornos da população juvenil como gravidez na adolescência, DST/AIDS, drogas, etc., e conhecedores de que estes pontos estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (MEC, 1997),

* Uma versão anterior deste artigo foi publicada com o título “A orientação sexual a partir das propostas dos PCN” na Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, Vol 7, N° 2 (2011), Diciembre. Disponível em <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/riics/article/view/22>

** Mestre em Ciências da Educação pela UAA, Py (Universidad Autónoma de Asunción), 2010. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), na área de Psicologia Clínica, com especialização em Gestalt Terapia pelo Instituto de Gestalt do Espírito Santo, 1997. Possui Especialização pela Universidade do Estado da Bahia em Educação Especial, 1998.

debruçamo-nos sobre a temática com o objetivo de conhecer as concepções, ideias e valores dos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia UNEB - Campus IV, sobre orientação sexual e comparar essas representações às propostas dos PCN (MEC, 1997).

Realizamos nosso estudo no ano de 2007 e o público alvo foi composto pelos professores que cursavam Licenciatura em Pedagogia no Programa da Universidade do Estado da Bahia, Rede UNEB 2000, nas cidades de Jacobina e Capim Grosso, localizadas no semiárido baiano. Realizamos um estudo não experimental, de desenho transversal e tipo descritivo. Como método, selecionamos o quanti-qualitativo com técnicas e instrumentos de coleta de dados de grupo focal e questionários com perguntas fechadas com objetivo de obtermos informações da população estudada.

Contextualização e Antecedentes

De acordo com o relato de Martins (et al., 2006) aproximadamente, 25% de todas as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) são diagnosticados em jovens com menos de 25 anos. Os dados disponíveis em âmbito mundial revelam que mais de 30% das adolescentes sexualmente ativas têm teste positivo para infecção por clamídia e que aproximadamente 40% foram infectadas pelo Papiloma Vírus Humano (HPV). A infecção pelo vírus do herpes genital aumentou em mais de 50%; os índices de infecção por gonorréia nos intervalos entre 15 e 19 anos são os maiores comparados com outras faixas etárias, e mais de 25% dos novos casos de infecção pelo vírus HIV ocorrem entre jovens com menos de 22 anos.

Segundo a Rede Feminista de Saúde (2004), nas últimas décadas, vários estudos vêm demonstrando que jovens de ambos os sexos iniciam relações sexuais mais cedo. Em 1996, os rapazes tinham a primeira relação sexual antes do que as moças, sendo a idade mediana da primeira experiência sexual de 15 anos para os homens e de 16 anos para as mulheres. Dados mais recentes confirmam esse comportamento: em 2001/2002, 32,8% das(os) adolescentes brasileiras(os), entre 12 e 17 anos, já haviam tido relações sexuais, sendo que 61% eram rapazes e 39%, moças. A maior escolaridade retarda a iniciação sexual, tanto para rapazes quanto para moças (BEMFAM, 2001; UNICEF, 2002; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000).

De acordo com o relatório da Rede Feminista de Saúde (2004), a vida sexual de jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, o que refuta a idéia

de “promiscuidade” sexual: 70% de jovens afirmam que só tiveram relações sexuais com um(a) parceiro(a) nos últimos 12 meses. A maioria recusa a perspectiva da existência do amor sem fidelidade, e mais de um terço de jovens acredita que seus parceiros(as) transam apenas com elas(es) (UNESCO, 2004).

Em 2000, 9,5% de adolescentes, entre 15 e 19 anos (nesta faixa, 82% eram do sexo feminino) e 36,5% de jovens de 20 a 24 anos (nesta faixa, 62% eram do sexo feminino) estavam vivendo algum tipo de união (IBGE, 2000; REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004). Ainda em 2000, entre jovens escolarizados(as) de capitais brasileiras, em cada 10, aproximadamente nove usavam algum método contraceptivo para evitar a gravidez, havendo proximidade no percentual de declarações de uso por ambos os sexos. Entretanto, ainda há um grande número daqueles(as) que praticam relações sexuais sem nenhuma cobertura de métodos (entre 14,8% e 12,7%).

Há indícios de que a consciência a respeito do sexo seguro mostrou-se relacionada ao nível de instrução: em 2001/2002, entre adolescentes e jovens que nunca usaram a camisinha, 36,3% ainda não tinham completado a 4ª série; 33,1% estavam entre 5ª e 8ª série do ensino fundamental e 11,2% no ensino médio. Entre aqueles(as) que afirmaram usar o preservativo em todas as relações sexuais, 40,1% estavam no ensino médio, 32,1% entre 5ª e 8ª série e 14,3% entre a pré-escola e a 4ª série do ensino fundamental (UNICEF, 2002; REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2004).

A orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

A partir dos anos 80, grupos sociais politicamente organizados em vários países do mundo iniciaram a discussão a respeito do papel da educação numa sociedade plural e globalizada. Estes grupos queriam saber as origens e os porquês da estrutura curricular vigente nas escolas ocidentais e perguntavam-se: por que os currículos privilegiam disciplinas como a Biologia, a Física, a História, a Matemática, a Linguagem, as Artes, etc.? Por que esses e não outros, os conteúdos a serem trabalhados nas escolas? Que mudanças deveriam ser promovidas para tornar os currículos mais integradores e abrangentes? Como fazer para vincular o currículo ao cotidiano da maioria da população?

As discussões giravam em torno do conceito de transversalidade; alguns entendiam que os conteúdos curriculares tradicionais deveriam formar o eixo longitudinal do sistema educacional em torno dos quais as principais áreas de

conhecimento e os temas transversais vinculados ao cotidiano da sociedade deveriam perpassar, transversalmente. Assim, se manteriam as disciplinas tradicionais do currículo, impregnadas pelos temas transversais.

No Brasil, esta discussão no Ministério da Educação surge a partir da constatação da fragmentação entre o saber disciplinar e o saber escolar. Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), a principal função dos PCN é a de propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno. Surgem então, em 1996, os PCN, elaborados pelo Ministério da Educação com apoio de diversos especialistas, sendo difundidos como documentos de grande utilidade não só para implantação dos conteúdos de Sexualidade e Saúde Reprodutiva, como também na discussão de princípios democráticos como a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a corresponsabilidade social (Ecos, 2001).

O Estado propõe que os PCN sejam trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização e, com relação ao tema transversal orientação sexual, demonstra sua preocupação principalmente em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV. Segundo esta proposta cabe à escola e não mais apenas à família desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e adolescentes.

De acordo com os PCN (MEC, 1997) a orientação sexual deve ser realizada de forma sistemática pela escola e suas metas não abarcam somente a aquisição de conhecimentos e habilidades básicas das funções reprodutivas, mas, fundamentalmente, a preparação da pessoa para a vida, o desenvolvimento de sua personalidade e maturidade psicoemocional, tornando-a responsável, capaz de tomar decisões, se autorregular e autogerir sua educação. A discussão sobre a postura adotada pelo educador frente às manifestações da sexualidade dos alunos deve fazer parte do cotidiano escolar, pois, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o educando a encontrar um ponto de autorreferência, por meio da reflexão e crítica da realidade. Nesse sentido, o trabalho de orientação sexual realizado pela escola é complementado pelo trabalho realizado informalmente pela família e por outras agências sociais, mas à escola cabe

problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno escolha seu caminho.

Conforme texto da cartilha Ecos (2001), a Educação Sexual na escola contribui para o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos e estes dizem respeito às informações e aos recursos necessários à possibilidade de se tomar decisões sobre fertilidade, saúde reprodutiva e criação dos filhos. Esse exercício depende da vigência de políticas públicas que atendam a estes direitos.

Nos PCN (MEC, 1997), a sexualidade é retratada como algo que faz parte da vida e da saúde de todas as pessoas e se expressa desde o nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações entre homens e mulheres, o respeito a si mesmo e ao outro e diferentes crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos que ainda existem no contexto sociocultural brasileiro e que, de alguma forma, dificultam o exercício da cidadania.

Para a Ecos (2001), experiências têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas específicas, pois a orientação sexual é um processo sistemático e contínuo de intervenção, realizado com o envolvimento de toda a comunidade escolar, assegurando aos alunos espaços necessários para receber informações de forma clara e precisa que conduzam à reflexão de valores, criatividade e autonomia.

Silva (2002) escreve que no Brasil, atualmente, diferentes grupos estão construindo uma metodologia de trabalho na área da educação sexual, nem sempre utilizando o termo Orientação Sexual para designar suas propostas; mas diferenças teóricas não devem impedir o diálogo e a troca profissional entre os diversos grupos e seus autores, pois a consistência das ações pioneiras na área delimitada pela sexualidade e pela cidadania é muito significativa e importante no campo da educação.

Pela importância do tema, a orientação sexual deve ser tratada no ambiente escolar por um profissional que tenha formação adequada para dialogar sobre a sexualidade e outras questões relativas à cidadania. Como observa Silva (2002), a formação do educador sexual visa a preparação docente em nível ético, teórico e metodológico para trabalhar na escola com um assunto que é ainda polêmico em nossa

sociedade. Instituições públicas e particulares, incluindo organizações não governamentais e fundações vêm desenvolvendo processos de orientação sexual, propondo interessantes e diferenciados programas de formação de educadores. Existe, portanto, a expectativa de que, num futuro próximo, tenhamos o início de uma síntese destes trabalhos, construindo-se num acervo sólido de conhecimentos onde novas discussões surgirão para subsidiar de forma dinâmica e consistente esta área educacional.

Sobre a importância da orientação sexual na escola, Barroso e Bruschini ressaltam que:

É importante que um programa de Orientação sexual se apóie no conhecimento do universo de valores, atitudes e informações, subjacentes aos comportamentos dos estudantes e de seus professores, não limitando seus objetivos a questões de reprodução e incluindo a questão do significado mais amplo da sexualidade para o indivíduo e para a sociedade. (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p. 18)

Os PCN (MEC, 1997), afirmam que as manifestações sobre a sexualidade surgem em todas as faixas etárias; ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola e tais práticas se fundamentam no conceito de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. De fato, cabe à família realizar a educação sexual dos filhos, por meio de informações adequadas, permeadas pelo diálogo; contudo, não é o que se verifica na maioria das famílias; o assunto não é tratado em casa, nem na escola e as crianças e adolescentes tomam conhecimento da sexualidade de forma deturpada e irresponsável. Dessa forma, o trabalho de orientação sexual na escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade. Nesse processo, o profissional de educação deve ser ético e isento de preconceitos.

De acordo com os PCN sobre Orientação Sexual (MEC, 1997, p. 81)

A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou 'juízo' do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida psíquica.

Nos PCN (MEC, 1997) os conteúdos da orientação sexual na escola devem ser organizados em três blocos:

1. Corpo – matriz e sexualidade;
2. Relações e gênero;
3. Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS.

Sobre o corpo (matriz e sexualidade), o que se propõe é construir noções, imagens, conceitos e valores a respeito do corpo em que esteja incluída a sexualidade como algo inerente, saudável, necessária e desejável da vida humana. No que diz respeito às relações de gênero, busca-se abordar as diferenças existentes no comportamento masculino e feminino que se refletem na vivência da sexualidade de cada um, nos relacionamentos com o outro, nas relações humanas em geral e todos os mitos e ideias pré-concebidas e preconceituosas advindas daí. Em referência à prevenção às doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS, os conteúdos principais a serem trabalhados são as informações gerais sobre a existência dessas doenças, abordadas de maneira genérica, sendo necessário enumerar as mais conhecidas, em especial a AIDS, incluindo esclarecimentos sobre fatos e os preconceitos a ela associados.

Os PCN (MEC, 1997) apontam o caminho através de um planejamento; contudo, a implantação de programas específicos de orientação sexual pressupõe um processo onde consenso e conflito são importantes na aprendizagem de todos os envolvidos. A discussão das questões da sexualidade humana traz para a escola muitas contradições de nossa sociedade, que desencadeiam movimentos de repensar a sexualidade, tanto individual como coletiva, possibilitando a construção de novas ideias.

Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a postura do educador

Estudiosos sobre a questão da formação docente enfatizam que o professor deve ser um profissional reflexivo, dinâmico, crítico e multiculturalmente competente. Propõem que sua formação deve estar voltada para a adoção de novos conceitos, procedimentos e valores no âmbito das ciências humanas que apoiem as práticas pedagógicas existentes. Afirmam o papel da escola na análise de experiências multiculturais bem sucedidas e na inclusão de materiais didático-metodológicos que facilitem o trabalho dos docentes.

Segundo Moreira (1996, p. 69-71):

O currículo é o instrumento privilegiado por meio do qual propostas e práticas multiculturalmente orientadas podem ser implementadas no país, tanto no sistema formal de ensino como em projetos que correm em paralelo ao sistema oficial. [...] nessa perspectiva, o professor encontra-se necessariamente comprometido com o planejamento e com o desenvolvimento do currículo. [...] as escassas investigações sobre currículo e gênero focalizam os silêncios, os preconceitos e as discriminações referentes a gênero, que se encontram no currículo, tanto no currículo formal como no currículo em ação.

A educação tem papel fundamental na formação integral do ser humano e certamente a orientação sexual faz parte desta formação. A decisão de oferecer programas formais de orientação sexual nas escolas e no currículo de forma transversal é uma questão política. Mas é importante preparar os professores para lidar com esta tarefa; não fazê-lo significa perpetuar a transmissão de conhecimentos e atitudes, muitas vezes, preconceituosos e sem base científica conduzindo a prejuízos consideráveis na formação dos educandos.

Ribeiro (1990) escreve que a ênfase dada aos programas de orientação sexual (bem como a grande maioria dos textos e trabalhos) está em como trabalhar com o aluno: o que fazer, como fazer e quais os problemas que o aluno enfrenta, sendo difícil conseguir material para a reflexão crítica dos profissionais que pretendem atuar com projetos de orientação sexual. Para este autor é necessário que o educador se sinta seguro para falar do tema. Como é possível um professor abordar sem preconceito temas sexuais e tratar com naturalidade questões levantadas pelos alunos, se ele mesmo não está à vontade com sua própria sexualidade? Antes disto, professores e técnicos em educação necessitam debater suas dúvidas e angústias, refletir sobre seus valores e conflitos, questionar seus tabus e preconceitos. É fundamental conhecer nossa realidade para poder atuar sobre ela e produzir as mudanças que são socialmente desejáveis.

De acordo com os (PCN, 1997, p. 84), um bom trabalho de orientação sexual estabelece uma relação de confiança entre educador e aluno. Para tanto: o professor deve estar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para o bem-estar e tranquilidade deles, para uma maior consciência do próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual.

No trabalho de orientação sexual, a postura do orientador é essencial para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. No que se refere às questões de gênero, o educador deve transmitir, pela conduta, a equidade entre gêneros e a dignidade de cada um, individualmente. O educador deve respeitar as opiniões dos alunos e garantir o respeito e a participação de todos.

Quanto às orientações didáticas para o trabalho com orientação sexual, os PCN (MEC, 1997) sugerem que se deve levar em conta a faixa etária com a qual se está trabalhando, pois as questões sobre a sexualidade diferem de acordo com a faixa etária. Além disso, o professor precisa estar atento às diferentes formas de expressão dos alunos. Em muitos casos, a repetição de brincadeiras demonstra a necessidade de discutir algum assunto específico.

Ao mesmo tempo em que oferece referências e limites, o educador deve manifestar a compreensão de que as manifestações da sexualidade infantil são prazerosas e fazem parte do desenvolvimento saudável de todo ser humano. É preciso estar atento para o fato de que a sexualidade submete-se aos determinados padrões e valores universais, criando verdades estereotipadas como: o caminho natural obrigatório das pessoas é crescer, casar, ter filhos e morrer; os homens devem tomar a iniciativa na cama; meninos devem começar a vida sexual antes das meninas, os homens têm mais necessidade sexual do que as mulheres, entre outros. Assim, é necessário garantir o espaço de discussão e debate das diferenças, confrontar entre a regra ‘como deve ser feito’ e a realidade ‘como eu faço’, e entre os dois universos surgem as dúvidas, conflitos e, muitas vezes, o sentimento de perda e menos valia, trazendo um deslocamento que leva a novos conceitos ou novos pré-conceitos.

Segundo Silva (2002), a escola tende a uniformizar o aluno por meio do conteúdo, das estratégias, de objetivos e da forma de lidar com as relações em sala de aula. Na escola tudo é padronizado, pois todos são pensados como iguais. Contudo, não somos todos iguais e isso fica evidente nos encontros de orientação sexual, pois à medida que vão surgindo perguntas, histórias, dramatizações, opiniões sobre determinado tema, também vão aparecendo conflitos, confrontos, discussões e possibilidade de mudanças, permitindo perceber que o outro existe e que somos diferentes.

Para ser abordada como tema de discussão, a sexualidade requer um espaço de confiança e intimidade; aí se dialoga, se confrontam idéias, ocorrem vivências, trocam-se experiências e informações. O orientador sexual é, sobretudo, um educador que observa e reflete para o grupo as diversas opiniões para que cada indivíduo se torne capaz de ser sujeito de seu desenvolvimento emocional e sexual (SUPLICY et al., 2000).

Ao transformar-se constantemente, o educador proporciona as condições para que também o educando se transforme. Permite a construção da autoestima; a elaboração do pensamento crítico e criativo; a promoção do respeito e da solidariedade. Sendo a adolescência uma fase de intensos questionamentos e estruturação da personalidade, uma orientação bem conduzida será muito valiosa, pois possibilitará aos alunos e professores construir, juntos, o conhecimento sobre a sexualidade humana e darem novos significados às suas vivências. A problemática enfocada contribui, assim, para a organização da identidade do adolescente (SUPLICY et al., 2000).

Considerações finais

Entre a teoria e a práxis, o professor fica no meio do caminho, exatamente onde mora a falta de políticas públicas voltadas para a educação. As investigações sobre currículo e gênero focalizam os silêncios, os preconceitos e as discriminações referentes a gênero e sexualidade reforçados pelo currículo tradicional e não debatidos ou refletidos através dos temas transversais constantes nos PCN.

Ao nos debruçarmos sobre o tema de nosso estudo vimos que certas crenças da população (composta por alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia), aproximam-se de concepções, ideias e valores conservadores, impregnados de tabus e mitos sobre a sexualidade. Comprovamos a necessidade de formação a partir de em conjunto de conteúdos políticos pedagógicos considerados fundamentais para o trabalho em orientação sexual, os PCN.

Vimos por exemplo, que cerca de 30% dessa população investigada identifica a masturbação como sinal de desajuste sexual, 8,5% acha que ela é capaz de gerar doença orgânica e 7% considera que é sintoma de transtorno mental, indicando claramente a falta de informações quanto às características do desenvolvimento psicosssexual da infância à adolescência. Para os PCN (MEC, 1997), a sexualidade é parte da vida e da saúde de todas as pessoas, se expressando do nascimento até a morte; relaciona-se com

o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade e engloba as relações entre homens e mulheres, o respeito a si mesmo, ao outro e às diferentes crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista.

Quando indagados sobre a importância da virgindade, em assertivas relacionadas à identidade, papel de gênero e educação sexista, vimos que 34% dos professores, sujeitos de nossa pesquisa, responderam que a virgindade é importante apenas para as mulheres, apontando uma visão sexista, carregada de repressão sexual. Um dado importante é que nossa população é marcadamente composta por mulheres (97%), e são elas próprias que fomentem crenças sexistas e preconceituosas sobre a identidade e o papel de gênero.

É bastante significativo que a grande maioria da população estudada interprete e menospreze questões ligadas à identidade e papel de gênero, culturalmente impostos ao masculino e feminino, representados no imaginário social de forma estereotipada e preconceituosa, que apontam a mulher como passiva, afetiva, frágil, submissa e inferior ao homem e este como sexualmente ativo, agressivo, forte e independente e dominador. A violência contra a mulher é um comportamento sexista, em que a figura feminina é vista como propriedade masculina, a violência contra homossexuais (homofobia) ou qualquer outra forma pejorativa de tratar as diferentes manifestações e papel de gênero são exemplos de práticas sexistas e discriminatórias. É preciso salientar que todas estas maneiras de ver, sentir e agir sobre a sexualidade humana não são naturais, mas tornam-se formas de educação sexual, passadas pela família, mídia, instituições religiosas, escolas, grupos sociais e etc.; portanto não devem ser consideradas nunca como verdades absolutas.

Os PCN ressaltam a necessidade de que educadores reflitam sobre estas crenças e concepções e que estejam aptos a realizar o trabalho de orientação sexual da forma mais imparcial e isenta possível. Se educadores têm dificuldades com sua própria sexualidade, como lidar com a dos seus alunos? Como atuam frente às experiências referentes à sexualidade que aparecem em seu cotidiano? É de importância fundamental que professores estejam bem informados e preparados não somente com informações científicas sobre o tema, como também na discussão e reflexão de concepções, ideias e valores para que não estimulem preconceitos, tabus, problemas ou traumas em seus alunos.

Recomendamos a partir deste estudo a criação de programas de sensibilização e conscientização por meio de técnicas de vivências grupais e estudos teóricos sobre os PCN. Esta formação deve ser voltada para adoção de novos conceitos, procedimentos e valores no âmbito das disciplinas pedagógicas, a fim de fornecer discussões, reflexões e aprofundamento sobre sexualidade e orientação sexual, dando ênfase especial aos tópicos evidenciados nesta investigação. Assim, é importante levar à prática por meio de providências concretas, estudos, reflexões e análises em profundidade sobre o tema transversal orientação sexual contido nas propostas dos PCN, com o intuito de auxiliar professores na reflexão e adoção de novas concepções sobre a temática.

Consideramos que o trabalho de orientação sexual é essencial para que o educador se desprenda de preconceitos e estereótipos de todos os tipos. Professores precisam debater suas dúvidas e angústias, refletir sobre seus valores e conflitos, questionar seus tabus e preconceitos. A aprendizagem é um processo e não uma mudança repentina e espontânea de estado mental e fazem parte deste processo a afetividade, a ética, a cultura e a cognição. A escola deve assumir este debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações de desigualdade entre os sujeitos, perpetuadas pelas formas de organização social através da história em condições desiguais de acesso aos recursos disponíveis na sociedade.

Finalizando, é fundamental a preparação docente voltada para este tema transversal e, para isso, recomendamos programas de sensibilização, conscientização e formação teórico-vivencial a partir dos PCN (MEC, 1997), a fim de fornecer discussões, reflexões e aprofundamentos sobre sexualidade e orientação sexual, dando ênfase especial aos tópicos evidenciados nesta investigação.

Referências bibliográficas

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Educação sexual: debate aberto**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEMFAM – SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. **Adolescentes, Jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Bemfam, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. Ministério da Saúde. **A adolescente grávida e os serviços de saúde do município**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST/HIV/AIDS, CEBRAP. **Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções sobre HIV/Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

_____. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

ECOS - Comunicação em Sexualidade. **Sexo Sem Vergonha - uma metodologia de trabalho com Educação Sexual**. São Paulo, ECOS, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000** Primeiros Resultados da Amostra. Parte 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MARTINS, Laura B. Motta et al. Fatores associados ao uso de preservativo masculino e ao conhecimento sobre DST/AIDS em adolescentes de escolas públicas e privadas do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.22, no. 2, p.315-323. ISSN 0102-311X, fev. 2006

MOREIRA, A. F. B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais Em Questão. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 9-22, jan./jun, 1996.

RIBEIRO, P. R. M. E CARDOSO, RODRIGO. Educação sexual além da informação. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1990. **Revista Isto É**. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/>. Acessado em nov. de 2007.

SILVA, RICARDO DE CASTRO. **Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

SUPLICY, MARTA et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'água, 2000.

UNESCO. **Juventudes e Sexualidade**. Unesco. Brasília, 2004.

UNICEF. **A voz dos adolescentes**. Brasília, 2002. Disponível em: www.unicef.org . Acesso em outubro/2006 .

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Adolescentes, saúde sexual e saúde reprodutiva: dossiê**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde; 4 ago., p. 9, 2004.